

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

**Cristiane Sousa da Silva<sup>1</sup>**  
**Antônio Braulio Leal de Carvalho<sup>2</sup>**  
**Iraneide Etelvina Lopes<sup>3</sup>**  
**Francisco Cristiano da Silva Sousa<sup>4</sup>**  
**Jose Airton de Freitas Pontes Junior<sup>5</sup>**

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar contributos que nos permitam pensar possibilidades de intervenção do Esporte e Lazer na política e na prática de educação integral na escola. Na década de 1980, no campo da Educação Física, esporte e lazer, iniciou-se um processo de discussão sobre seus rumos existindo a necessidade de sua compreensão como prática social. Neste período havia se estabelecido uma discussão política sobre os paradigmas de interesse popular para as suas áreas de conhecimento, atrelados a um projeto de sociedade. Consoante com este objetivo, optamos pela realização do estudo de caráter bibliográfico em que fizemos um levantamento das principais publicações e documentos oficiais na área da Educação Física e dos esportes, identificando as possibilidades de intervenção para a educação em tempo integral.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Esporte e Lazer. Educação Física

### ABSTRACT

The aim of this paper is to present contributions which enable us to reflect upon possibilities of intervention of Sports and Leisure in politics and practice of integral education at school. In the 1980s, a process of discussion was initiated in the Physical Education, Sports and Leisure fields, in order to talk over their course, urging a need to understand them as a social practice. In this period there was a policy discussion established about the paradigms of popular interest to their areas of expertise, linked to a society project. According to this goal, we chose to perform the bibliographical study and a survey was conducted about the main publications and official documents in Physical Education and Sports field, identifying the possibilities of intervention for full-time education.

Keywords: Public Policies; Sports and Leisure; Physical Education

---

<sup>1</sup> Mestre e Aluna do Doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Professora da Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). E-mail: cristianesousa@fcrs.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará. Professor da Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). E-mail: braulioleal@fcrs.edu.br

<sup>3</sup> Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Ceará. Aluna do Mestrado em Educação Física e Saúde Coletiva da Universidade de Brasília. E-mail: iraneide12@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás-os- Montes e Alto Douro. Professor da Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). E-mail: cristianoedf@fcrs.edu.br

<sup>5</sup> Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Professor da Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). Pesquisador do Núcleo de Avaliação Educacional (NAVE/UFC/ CNPq). E-mail: airtonjunior@fcrs.edu.br

## **Introdução**

A discussão acerca das políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornaram necessários para construir a governabilidade.

As políticas públicas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer, consiste como o conjunto de ações, atividades, programas e projetos que visam garantir o acesso da população aos direitos básicos assegurados por lei. Elas dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, mas sempre feita de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse.

Se “políticas públicas” são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais são um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Ao analisar o processo das políticas públicas, Silva (2008) percebe a centralização como essas políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, não tendo preocupações quanto às suas causas e consequências. Com isso, elenca atividades que são realizadas no seio do sistema político. Esse movimento de construção dessas políticas é caracterizado por demandas que chamam a atenção da sociedade e do governo, que diante da pressão social se tornam questão social e conseqüentemente se transformam em política.

Com base nas elaborações de Pedro Demo (1994), concebemos o Estado como uma instância engendrada pela sociedade humana, a fim de gerenciar e oportunizar o acesso aos direitos mínimos universais, que promoveriam o bem-estar social. Neste sentido, sua marca maior seria a prestação do serviço público, tendo ingerências diretas sobre a *res publica*, sendo ao que parece imprescindível e inevitável à vida social.

“A importância fundamental do Estado está em seu caráter público: é mantido por todos por intermédio do trabalho e da produção, e o acesso deveria ser irrestrito. Na prática, tende a ser todo o contrário, pois não é nem serviço, nem público. Mas isso não lhe retira sua relevância”. (idem, p. 43)

No entanto, no Brasil ainda não se tem uma política de Estado que legitime e priorize toda a gama de direitos sociais e que estes sejam materializados em políticas públicas para a população. No entanto, percebemos que tais ações praticadas pelo Estado praticamente desobriga a garantia das condições mínimas de sobrevivência, os referidos direitos não são efetivados por diversos motivos. Dentre eles estão, a ocorrência de políticas focais que priorizam localidades com vulnerabilidade social, contrapondo-se à proposta de universalização, financiamentos que não atendem as demandas sociais, falta de um controle democrático e o recuo do Estado em relação às políticas sociais, com uma conseqüente aproximação das políticas neoliberais.

Assim sendo, segundo a Constituição de 1988, art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”. Esta também estabelece em seu art. 217 que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um [...]”. Norteados pelo referido documento, pode-se afirmar que o esporte e o lazer são direitos sociais, com garantia efetivada no plano jurídico-formal. No entanto, entende-se que estes precisam estar pautados na dinâmica social como demanda de cidadania e, ao mesmo tempo, serem um vínculo social.

Na década de 1980, no campo da Educação Física, esporte e lazer, iniciou-se um processo de discussão sobre seus rumos existindo a necessidade de sua compreensão como prática social. Neste período havia se estabelecido uma discussão política sobre os paradigmas de interesse popular para as suas áreas de conhecimento, atrelados a um projeto de sociedade. Conforme Zingoni (1998, p. 34) “Só nas últimas décadas, o esporte e o lazer ganha maior importância como objeto de reivindicações populares, como questão de cidadania, de participação democrática e dos meios de superação dos problemas sociais”.

Ao inserir deveres ao Estado, no que concerne à afirmação do esporte e do lazer como direitos, assim como na sua perspectiva emancipatória, exige o protagonismo do

poder público na garantia de sua efetivação, portanto, como política pública de Estado que viabilize e garanta o acesso da população às ações de esporte e lazer.

No Brasil, segundo Sposati (2010) as políticas sociais precisam avançar no tocante ao desenvolvimento de suas ações, pois a continuidade ou a permanência da política ainda depende de forma direta de uma gestão para outra, desta forma caracterizando-se como política de governo, com isso, desresponsabilizando o Estado como responsável para cumprir e prover a política. Entende-se que a política de Estado assume um caráter de continuidade, assim não pertence a nenhum governo, mas ao Estado. Nesta configuração, ela incorpora uma dimensão mais ampla vinculada aos interesses sociais em sua totalidade.

Nesse sentido, verifica-se a instrumentalização do esporte e do lazer como solução para as mazelas sociais, atribuindo aos mesmos um caráter funcional-utilitarista com ênfase na focalização da política. Percebe-se, a partir do exposto, que o discurso oficial reconhece o esporte e o lazer como direito social universal, entretanto, esse mesmo discurso possui um caráter mistificador acerca desses direitos sociais. O esporte passa a compor o discurso político como meio de mostrar atenção à essa importante área social, sem contudo, ser compreendido e vislumbrado numa perspectiva mais ampla das suas reais contribuições sociais e educacionais, quando desenvolvido como política pública consistente e fundamentada, ou seja, o “político” trata desta temática sem a real intenção de desenvolver políticas consistentes.

De acordo com Pereira e Stein (2010) a década de 1980 é marcada pelo investimento na seletividade das políticas sociais, justificada por uma “dificuldade” em universalizá-las devido à insuficiência de recursos. A seletividade logo passou a ser chamada de focalização, que no contexto da política social opera por meio da fragmentação, sobreposição do global pelo local, rapidez de resultados sustentados na lógica da quantidade e meritocracia, baseando-se na defesa dos gastos sociais através da ideia de que essa é a forma mais eficiente e eficaz de alocar recursos insuficientes. Tal dinâmica é característica das políticas sociais públicas esportivas, desta forma, acontece:

“Criação de novos programas educativos de esporte e lazer que contemplem crianças, jovens, trabalhadores e idosos; escolas de educação especial e portadores de necessidades especiais; crianças e jovens incluídos ou não no sistema regular de ensino; programa para alunos do turno noturno; programas de esporte e lazer: sistemáticos para universitários; que utilize o tema

transversal preservação do meio ambiente; que visem especialmente à elevação da qualidade de vida e a prevenção às drogas. Acima de partidos, de interesses específicos, está a qualidade de vida da sociedade brasileira. [...] Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira”. (BRASIL, 2004).

Para que os direitos sociais fossem efetivados exigiu-se a formulação de políticas públicas. Contudo, várias são as problemáticas que abarcam o universo de tais políticas: focalização, escassez de financiamentos, inexistência de controle democrático, dentre outros. O esporte e o lazer são exemplos concretos dessa dinâmica, pois as políticas públicas de esporte e lazer são perpassadas por diversos entraves, como a focalização das políticas em contraposição à universalização, os poucos financiamentos e os discursos mistificadores que conferem ao esporte e ao lazer atributos mágicos.

O objetivo do presente artigo é apresentar contributos que nos permitam pensar possibilidades de intervenção do Esporte e Lazer na política e na prática de educação integral na escola. Isto se faz necessário em virtude dos modelos tradicionais que, em geral, ainda são usualmente validados nas práticas disponíveis na escola, que privilegiam a reprodução de conhecimentos, a fragmentação do saber, a opressão dos estudantes, sem dar-lhes possibilidades de inserção na sociedade de forma autônoma, crítica e participativa.

Consoante com este objetivo, optamos pela realização do estudo de caráter bibliográfico e fizemos um levantamento das principais publicações e documentos oficiais na área da Educação Física e dos esportes, identificando as possibilidades de intervenção para a educação em tempo integral.

### **O Esporte e Lazer na política de Educação Integral**

A política de Educação Integral é uma ação pública do Governo Federal que tem como objetivo ampliar a carga horária de atividades curriculares e complementares para os estudantes de escolas públicas. Além das aulas regulares, os estudantes têm atividades no contra turno e nos finais de semana, que são oferecidas pela escola e pela comunidade.

Ou seja, as diretrizes das políticas públicas educacionais apontam para o compromisso do Ministério da Educação (MEC) em buscar a educação integral como proposta para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, entendendo a ampliação da jornada escolar como prioridade para se atingir esse objetivo, uma vez que ambas reforçam a necessidade de extensão da jornada escolar “no contraturno” e “para além da jornada regular” (SABOYA, 2012). Essa ação partiu da necessidade de utilizar a mais a escola, e a educação formal e cultural que esta pode promover, para auxiliar na diminuição das taxas de criminalidade, evasão e analfabetismo, além de promover atitudes culturais, esportes, educacionais e sociais em prol do desenvolvimento do país (BRASIL, 2009a).

A articulação entre Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte, dentre outras políticas públicas, poderá se constituir como uma importante intervenção para a proteção social, prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente, e, também, para melhoria do desempenho escolar e da permanência na escola, principalmente em territórios mais vulneráveis (BRASIL, 2009a, p. 25).

Considerando ainda que é missão do Estado o desenvolvimento de políticas públicas educacionais objetivando intervir positivamente na promoção do esporte e social e na formação e qualificação dos professores que atuam no sistema de Ensino como também zelar pela eficácia dos programas e projetos federais de PIS (Programas de inclusão Social) (SEMINÁRIO, 2009).

No contexto de inclusão social, por meio de políticas públicas no âmbito da educação e do desporto, importa ressaltar o papel dos professores de educação física que sobremaneira se esforçam para desenvolver e implantar metodologias de ensino que visem propiciar aulas que respeitem e nivelem as diferenças dos alunos, a partir de práticas que contemplem as diversidades de dimensões físicas e de gênero ou mesmo de classes sociais (GADOTTI *apud* FERRETI LEMOS, s/d).

Neste sentido, para Castellani Filho *apud* OLIVEIRA (2010) visualizar que as ações desse governo tem sua importância ao caminhar de modo a propiciar o acesso e a participação política nas políticas públicas de Esporte e Lazer.

Tal configuração sinaliza um incentivo à participação política de setores que são os atores sociais tais como governo, sociedade civil e universidade, pois estes estão dentro de uma dinâmica social, neste sentido pressupõe-se que ao propiciar o desenvolvimento das Políticas públicas de Esporte e Lazer onde estes atores sociais

estarão inseridos possibilita-se construir políticas públicas com uma perspectiva da realidade social (OLIVEIRA, 2010).

Diante do exposto, torna-se de extrema importância a compreensão das políticas públicas, já que estas possuem uma gama de especificidades necessárias para o seu desenvolvimento e efetivação, tanto nos programas como nas ações governamentais, reforçando assim a relevância das ações que tenham um caráter social (BUCCI *apud* CHISPINO & DUSI, 2008, P. 601).

No que tange as ações governamentais, iremos descrever o Programa *Mais Educação*, idealizado pelo Ministério da Educação e normatizado em 24 de abril de 2007, através da Portaria Interministerial n.º 17/2007, ele é um Programa institucionalizado pelo Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), cuja finalidade é transformar o ensino público a partir da ampliação da jornada escolar nas instituições públicas com baixos índices de desenvolvimento educacional que atendam crianças e adolescentes de sete a quinze anos. O Programa *Mais Educação* afirma:

Os princípios da Educação Integral são traduzidos pela compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária; e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens (apud Vilach 2012, p. 78).

Neste cenário, surge o conceito norteador que baliza a jornada escolar ampliada de modo que quando os educandos permaneçam mais tempo dentro dos espaços escolares estaria se proporcionando melhoria na aprendizagem. É sobre esta premissa que o Programa *Mais Educação* se propõe remodelar o projeto de Educação Integral, este é ponto de vista do Ministério da Educação. Em relação aos parâmetros que poderão ser usados para quantificar o nível de aprendizagem dos alunos, não basta afirmar que mais tempo no ambiente escolar resultará em níveis mais altos de aprendizagens (Cf. VIALICH, 2012).

As contextualizações, que foram expostas sobre os principais conceitos dos programas de inclusão social que tem o viés da Educação Física como instrumento de inclusão social, foram alicerçadas pela legislação brasileira, Constituição Federal de 1988 (CF/88), e no que conferi a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos

Funcionários e Responsáveis pela Educação Física e Esporte (UNESCO, 2004) apud BRASIL (2005).

De acordo com seu documento norteador, é importante, fomentar práticas educativas que promovam aos estudantes a compreensão do mundo em que vivem, de si mesmo, do outro, do meio ambiente, da vida em sociedade, das artes, das diversas culturas, das tecnologias e de outras temáticas. A distribuição das atividades dos macrocampos se interligam com as quatro áreas de conhecimento constantes no currículo da base nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

A compreensão da estrutura em mandala, por exemplo, das políticas de intervenção da Educação Integral (BRASIL, 2009b) busca promover programas a partir dos saberes comunitários, para que as ações gerem resultados não apenas para os macrocampos, mas para que possam ser significativas em todos os saberes escolares. Vale ressaltar, que as reais possibilidades de intervenção em esporte e lazer nesses programas, no âmbito da escola, dependem das ações das secretarias municipais, dos gestores da escola, dos professores e estagiários da área bem como a intervenção direta de alunos e pais de alunos, já que a proposta é a implementação de uma política pública, partindo do princípio da participação da comunidade no planejamento, desenvolvimento e avaliação do programa.

As atividades do programa Mais educação são divididos em macrocampos a saber: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Criativa; Esporte e Lazer; Cultura, Artes e Educação Patrimonial e Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital, devem ser trabalhadas, preferencialmente, de forma interdisciplinar e considerando o contexto social dos sujeitos.

Desta forma, busca-se utilizar a Educação Física e os esportes, bem como atividades relacionadas à educação, arte e cultura, potencializando experiências positivas nas atividades esportivas, no desenvolvimento científico e tecnológico, na integração comunitária e na valorização do lazer ativo e cultural (BRASIL, 2009b).

## **Possibilidades de intervenção do Esporte e Lazer na prática de Educação Integral**

Na ampliação do tempo escolar na perspectiva da Educação Integral busca-se expandir o horizonte formativo do estudante e estimular o desenvolvimento cognitivo, estético, ético e histórico. Tendo como inspiração o Texto Desencadeador do Debate Nacional sobre a Política Curricular da Educação Básica (2012), sugere-se que as ações do Programa sejam trabalhadas na perspectiva da formação integral dos sujeitos e que, portanto, estas precisam reconhecer os educandos como produtores de conhecimento, priorizando os processos capazes de gerar sujeitos inventivos, autônomos, participativos, cooperativos e preparados para diversificadas inserções (BRASIL, 2007).

Consideramos oportuno apresentar possibilidades que privilegiem pressupostos edificantes de uma visão de educação, esporte e lazer que busquem transcender a prática de ensino reprodutivista e proporcionar aos estudantes experiências individuais e coletivas, contextualizadas às ações políticas e culturais da educação física e dos esportes.

As práticas esportivas são referenciais importantes para crianças e adolescentes, contribuindo social e cognitivamente para sua formação. No macrocampo do Esporte e Lazer, as atividades esportivas oferecidas no Programa Mais Educação visam trabalhar as práticas corporais, lúdicas e esportivas, enfatizando o resgate da cultura local, bem como o fortalecimento da diversidade cultural. As vivências trabalhadas na perspectiva do esporte educacional devem ser voltadas para o desenvolvimento integral do estudante, atribuindo significado às práticas desenvolvidas com criticidade e criatividade.

O acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas visa incorporá-la ao modo de vida cotidiano. Podem ser desenvolvidas as seguintes atividades nos núcleos do Mais Educação a saber: Atletismo; Badminton; Basquete; Futebol; Futsal; Handebol; Natação; Tênis de Campo; Tênis de Mesa; Voleibol; Vôlei de Praia; Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual; Basquete de Rua ;Corrida de Orientação ; Esporte na Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas ;Ginástica Rítmica ; Judô, Karatê, Luta Olímpica e Taekwondo ;Recreação e Lazer/Brinquedoteca ;Yoga/Meditação (BRASIL, 2007).

Um bom exemplo do que está sendo discorrido neste texto foi a experiência no curso de extensão Corpo, Vida e Movimento do Programa de Formação em Educação

Integral – UFC, como forma de refletir e apresentar propostas de intervenção para o macrocampo Educação Física e esportes. Foram ministrados três módulos sobre a Educação Física escolar e suas múltiplas ações pedagógicas em 32 horas de Abril a Junho de 2010, em que participaram 26 coordenadores do Programa Mais Educação da região metropolitana de Fortaleza-CE. A maioria dos profissionais que participaram do curso tinha como área de formação a pedagogia ou outras licenciaturas. Com isso, percebeu-se que os participantes puderam ampliar suas concepções sobre as possibilidades de intervenção dos professores e monitores do programa Mais Educação em suas escolas, bem como a utilização dos esportes e de outras práticas corporais. Esses resultados foram possíveis devido aos conteúdos dinamizados e compartilhados nas aulas e as atividades que os participantes desenvolveram no decorrer do curso.

Dentre os conteúdos desenvolvidos nos módulos, destaca-se: O corpo e a educação física na Educação Integral; O trabalho docente na educação física e nos esportes na escola; Dimensões e princípios pedagógicos da educação física escolar; Práticas e o cuidado de si na escola e na educação integral; Corporeidade e o fenômeno do estresse no mundo contemporâneo; O estresse individual e coletivo como fator de desarmonia, da separação homem natureza, separação eu-outro, e dos conflitos na sociedade; Perspectivas metodológicas para o ensino dos esportes coletivos; dentre outros.

É importante destacar outras atividades que foram desenvolvidas pelos participantes como: Discussões sobre a realidade do programa; Relatório de levantamento da realidade escolar; meditação e relaxamento; Experiências com dança, jogos e brincadeiras; relatos de experiências; Elaboração de memorial de cada participante da formação. O intuito fundamental foi propiciar o desenvolvimento de atividades que atendessem às expectativas dos participantes, no sentido de favorecer que estes pudessem relacionar o seu cotidiano de trabalho pedagógico realizado nas escolas, com as novas possibilidades de intervenção da educação física e do esporte nas práticas do Mais Educação que já estava sendo implementado nas escolas.

Na tentativa de propiciar reflexões sobre a educação física e o esporte de para potencializar a ampliação e, mesmo, a ressignificação das concepções e da própria representação que traziam, realizou-se atividades que promoviam o retorno à memória e a utilização das lembranças acerca das atividades de educação física e esportes relacionada à história de vida de cada um dos participantes.

Estas atividades propiciaram que os participantes pudessem, através de um trabalho colaborativo, aprendendo com as experiências dos outros e ampliando o entendimento acerca da temática e, ainda, compreendendo que uma mesma temática poderia ser ampliada a partir dos diferentes pontos de vista e ser analisada sob diferentes aspectos.

Neste sentido, o esporte vem sendo considerado como elemento importante da corporeidade e na formação humana, assegurando aos alunos conhecimentos que possam garantir autonomia em relação ao seu corpo e aos seus processos de aprendizagem. Sendo assim, o esporte é uma rica possibilidade de ampliação do seu universo cultural e constitui-se como estratégia fundamental para incentivar o aluno na ampliação do seu tempo de permanência na escola (MINAS GERAIS, 2008).

Os eventos esportivos podem ser meios de vivenciar os jogos escolares como forma de integração social e ressignificação da competição exacerbada. Muitas vezes percebemos que a sociedade reconhece o esporte apenas pela sua vertente competitiva, em alguns casos negando aspirações educacionais que este pode proporcionar (BRASIL, 1997). Não se trata de negar as práticas competitivas, pois, quando bem orientadas também contribuem para a formação de crianças e adolescentes, contudo, trata-se de negar o espírito competitivo baseado em valores capitalistas que reforçam o individualismo, o ganhar a qualquer custo, o desrespeito ao próximo e às regras. Aliando prática esportiva com organização de eventos os alunos seriam estimulados a desenvolver competências diversas como trabalho em equipe, noções de gestão de tempo e recursos, responsabilidade, noções de hierarquia, resolução de situações-problema, planejamento, avaliação, entre outras.

Devido às dificuldades de recursos estruturais e financeiros, muitas vezes é necessário que as escolas que trabalham com a política de tempo integral realizem parcerias com instituições públicas e privadas, a fim de oferecer essas e outras atividades que visem a complementar para a comunidade escolar as atividades regularmente desenvolvidas na escola (PACHECO, 2008).

Clubes esportivos, associações de moradores, igrejas, parques ecológicos, pólos de lazer, empresas, instituições de ensino superior, igrejas e organizações não-governamentais são exemplos de parcerias que podem auxiliar a carência de recursos que a escola tenha naquele momento. Essa alternativa não significa diminuir a responsabilidade do Estado em financiar as ações político-educacionais que são parte da

política de educação integral, e sim priorizar que atividades esportivas e educacionais sejam realizadas com as alternativas possíveis, em um dado momento (PACHECO, 2008).

### **Considerações finais**

Alguns aspectos importantes da Educação Física e dos Esportes na política de Educação Integral são as possibilidades de direcionamentos das aulas para o interesse dos estudantes e do docente, abordando um acordo coletivo e o relacionamento horizontal nas relações. Foi o intuito principal do estudo tratar do ensino da Educação Física e dos esportes apontando possibilidades que tiveram por princípio potencializar a formação humana integral.

Acreditamos que a Educação Física e os esportes como componentes da política de educação integral na escola têm possibilidades de intervenções significativas para a formação social, cultural e cognitiva de crianças e adolescentes, além de poderem potencializar atitudes positivas frente aos cuidados com o corpo, com o meio ambiente e com as práticas corporais populares e alternativas. Com essa discussão não buscamos solucionar todos os problemas e entraves que existem no ensino da Educação Física e dos esportes na escola e nas atividades da prática de educação em tempo integral. Assim, não com o intuito de finalizar este percurso, mas de participar de uma nova etapa é que continuamos a nossa trajetória na certeza de que há muito ainda a aprender, compartilhar, nesse nosso contexto relacional.

### **Referências bibliográficas**

BETTI, M.. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

BRACHT, V. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992. 122 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. - Brasília: Secad, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Rede de saberes mais educação:** pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Série Mais Educação: Cartilha Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada, SEB/MEC, 2011.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil:** a história que não se conta. 1ª ed. Campinas - SP: Papyrus, 1988. v. 01. 224 p.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola:** Questões e Reflexões. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2003

DARIDO, S. C.; SOUZA JR, O. **Para ensinar Educação Física:** possibilidades de intervenção na escola. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2007. v. 1. 352 p.

FRADE, J. C. Educação, pedagogia e a educação física no Brasil. In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.) *et alli*. **Ensaio:** Educação física e esporte. v.1. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos da UFES, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2005 (Coleção Leitura).

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação física progressista:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.

MINAS GERAIS. Coletânea Esporte na Escola de Tempo Integral. Caderno Pedagógico 2, 2008.

MOLL, J. Conceitos e pressupostos: o que queremos dizer quando falamos de educação integral? In: BRASIL, Ministério da Educação. **Salto para o futuro:** educação integral. Brasília: TVEscola, 2008.

PACHECO, S. M. **Elementos para o debate necessário.** In: BRASIL, Ministério da Educação. **Salto para o futuro:** educação integral. Brasília: TVEscola, 2008.

SABOYA, M.G.F. **Programa Mais Educação – Uma Proposta de Educação Integral e Suas Orientações Curriculares.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, C. L. **Educação Física:** raízes européias e Brasil. Campinas: Editora Autores Associados, 1994.